

O PPP E A ESCOLA A CAMINHO DA DEMOCRATIZAÇÃO

Dulcilene Ribeiro Soares Nascimento*

RESUMO

A partir dos anos 90 do século passado surgiram no Brasil, políticas públicas setorizadas para a educação no sentido de erradicar o analfabetismo, a defasagem idade/série, conter a evasão e desistência, melhorar os índices de promoção da educação básica e todo direcionamento no sentido de responsabilizar a instituição escolar pelos resultados do ensino. Assim a escola deixa de ser mero receptáculo do planejamento burocrático e centralizado nos órgãos do governo e passa a ser responsável pela sua própria gestão. Autonomia, descentralização administrativa e pedagógica são agora iminentes no discurso acadêmico, foram as bases evidentes para moldar a construção do Projeto Político Pedagógico, o novo símbolo das políticas educacionais no país. Buscando discutir no âmbito da escola, a aplicação e efetivação do PPP em uma escola da comunidade, este estudo também busca colaborar para o debate em torno das possibilidades reais e efetivas do Projeto Político Pedagógico - PPP, contribuir para o processo de mudança na escola, a favor, para além do idealização contida nos moldes acadêmicos. Presume-se aqui que o projeto construído e elaborado no papel está aquém de sua concretização e com isso o cumprimento de sua função social.

Palavras- Chave: Projeto Político Pedagógico, Democratização, Escola e Autonomia.

ABSTRACT

From the 1990s of the last century emerged in Brazil, public policies and segregated according to the education to eradicate illiteracy, drift series/age, contain the circumvention and dropout, improve the indices of promotion of basic education and the entire routing to blame the school institution by the outcomes of education. Thus the school cease to be a mere receptacle of the bureaucratic and centralised planning in government bodies and is to be responsible for their own. Autonomy, administrative and pedagogical decentralization is now imminent in the academic speech, had been the evidentes bases to mold the construction of the Project Pedagogical Politician, the new symbol of the educational politics in the country. Searching to argue in the scope of the school, the application and efetivação of the PPP in a school of the community, this study also search to collaborate for the debate around the real possibilities and effective of the Project Pedagogical Politician - PPP, to contribute for the process of change in the school, the favor, stops beyond the idealização contained in the academic molds. It is presumed here that the project constructed and elaborated in the paper is on this side of its concretion and with this the fulfilment of its social function.

Word Keys- Project Pedagogical Politician, Democratization, School and Autonomy.

RESUMEN

A partir de los años 90 del siglo pasado habían aparecido en el Brasil, setorizadas públicos de la política para la educación en la dirección suprimir el analfabetismo, la edad/serie del desequilibrio, contener la evasión y la renuncia, mejorar los índices de la promoción de la educación básica y de toda que apuntaban en la dirección hacer responsable referente a la institución de la escuela para los resultados de la educación.

***Dulcilene Ribeiro Soares Nascimento é PHD e Doutora em História, Mestre em Ciência Política, Cidadania e Governança , Mestre em Educação, Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa com extensão em Educação e Licenciada em História**

Así las hojas de la escuela de ser estiba mera del planeamiento burocrático y centrado en las agencias del gobierno y del comienzo ser responsable de su gerencia apropiada. La descentralización de la autonomía, administrativa y pedagógica es inminente ahora en el discurso académico, había sido las bases de los evidentes para moldear la construcción del político pedagógico del proyecto, el nuevo símbolo de la política educativa en el país. Buscando para discutir en el alcance de la escuela, del uso y del efetivação del PPP en una escuela de la comunidad, este estudio también busca para colaborar para el discusión alrededor de las posibilidades verdaderas y eficaz del político pedagógico del proyecto - PPP, contribuir para el proceso del cambio en la escuela, el favor, paradas más allá del idealizaçao contenido en los moldes académicos. Se presume aquí que el proyecto construido y elaborado en el papel está en este lado de su concrecion y con esto el cumplimiento de su función social.

Llave de Palvras-: Proyecto pedagógicos de Político, democratización, escuela y autonomía.

INTRODUÇÃO

A idéia de construção de Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas é contemporânea à democratização social e política a partir da Constituição de 88 e é implementado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição. O artigo 12 da LDB diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". Assim, a partir desse marco a escola é legalmente livre e responsável para essa elaboração, incluindo aí os pressupostos da gestão e funcionamento das escolas, desde que isso não fira a lei maior. É nesse PPP que estará sendo regimentado os caminhos a serem percorridos pela escola e devem nele estar contidos os princípios de autonomia e democracia características da escola atual.

Segundo Veiga (1998, p.09), a elaboração do Projeto Pedagógico propicia aglutinar "crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo". O esforço coletivo na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola tem no seu cerne a finalidade de observar o cumprimento do artigo segundo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), ou seja, "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Para garantir esses desdobramentos é mister identificar as aspirações de seus segmentos, cujas intencionalidades passam a compor es te documento que, se elaborado coletivamente, oportuniza a reflexão acerca da complexidade educacional. Neste processo, a coordenação pedagógica tem extrema importância visto ser , o elo articulador entre os diferentes segmentos da comunidade escolar. É importante ressaltar que a coordenação pedagógica contribui sobremaneira para que não haja dicotomia entre o fazer pedagógico e

a reflexão teórica.

Se for analisada nos moldes de sua criação a organização escolar estruturada pela sociedade capitalista procura, em última instância, a manutenção das relações sociais de produção, refletindo as divisões sociais existentes, com tendência a perpetuá-las e acentuá-las, enfatizando, assim, a manutenção do poder da classe dominante.

Sob a influência da ideologia burguesa, realiza escolhas, estabelece critérios que desfavorecem aos já desfavorecidos, excluindo de seus limites a bagagem experiencial da criança, especialmente a criança do povo, utilizando-se do autoritarismo e das práticas centralizadoras.

Entretanto, hoje há um atual modelo de escola como afirma Snyders:

A escola não é feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. O seu aspecto reprodutivo não a reduz a zero: pelo contrário, marca o tipo de combate a travar, a possibilidade desse combate, que ele já foi desencadeado e que é preciso continuá-lo. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade objetiva de luta. (1977, pp. 105-106).

Logo, a escola não é apenas a agência que reproduz as relações sociais, mas um espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição. É um local em que as forças contraditórias, próprias do capitalismo, se defrontam. Na medida em que a educação é dialética e assume formas de regulação ou libertação, a escola é arena onde grupos sociais lutam por legitimidade e poder.

A escola é um espaço onde a livre circulação de ideologias dominantes que sedimentam suas concepções, ao mesmo tempo em que permite a ação dos intelectuais orgânicos rumo ao desenvolvimento de práticas educacionais em busca da democratização. É o espaço onde o saber se socializa e onde a ação que deve ser comprometida com o fazer social às vezes se desinstala dele

A escola, como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais.

De acordo com Hora (2013) a questão da democratização da escola tem sido analisada sob três aspectos, de acordo com a percepção dos órgãos oficiais que entendem a democratização do ensino como a facilidade de acesso à escola pelas camadas mais

pobres da população para tal, desenvolvem programas que têm como principal objetivo o aumento do número de vagas, com a construção de salas de aula e escolas, garantindo o seu discurso de universalização do ensino, sem atentar na prática, para as condições mínimas necessárias para a efetivação desse processo “democrático”, não oferecendo salário digno aos professores e condições de trabalho favoráveis ao ensino e à aprendizagem; ou na perspectiva dos educadores, especialmente daqueles que fazem uma análise mais crítica do processo educacional: democratização como ampliação do acesso à instituição educacional; democratização dos processos pedagógicos e democratização dos processos administrativos.

Os educadores encaram a democratização como o desenvolvimento de processos pedagógicos que permitam a permanência do educando no sistema escolar, através da ampliação de oportunidades educacionais. Ainda, segundo os educadores, via para a democratização do ensino passa pelas mudanças nos processos administrativos no âmbito do sistema escolar, vislumbradas através da participação de professores e pais nas decisões tomadas, eleições para cargos diretivos, assembléias e eliminação das vias burocráticas.

Ainda de acordo com Hora (2013), compreender que o processo de democratização da escola passa necessariamente pelo atendimento desses três aspectos é fundamental. Entretanto, optei pela democratização dos processos no interior da escola e como esta pode ser organizada, para aprofundar a questão, incluindo sua relação com seu contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade aqui implicada.

PPP entre a idealização e a realidade, as possibilidades no contexto.

O projeto político pedagógico é nada mais nada menos que a previsão , o planejamento das ações da escola por determinado período. De acordo Segundo Vasconcelos (2002, p.16-35).

Planejar é uma atividade que faz parte do ser humano[...]. Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é fazer algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal [...]. Planejar ajuda concretizar o que se almeja (relação teoria prática); aquele algo que planejamos é possível acontecer: podemos, em certa medida, interferir na realidade [...]. (VASCONCELOS 2002, p.16-35).

Essa fala de Vasconcelos condiz com a realidade vivenciada em termos de PPP quando , por vezes o documento existe por uma questão de convenção, mas que está longe da efetivação na prática daquilo que supõe em teoria. No espaço escolar o ato de planejar é gerenciamento do processo de ensino/aprendizagem, o que a escola pensa do aluno e da sociedade e para onde quer conduzi-los, também se pode dizer, que é um norte no trabalho de ação dos envolvidos na comunidade escolar.

Assim, o projeto representa um instrumento teórico – metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar ação de todos os agentes da escola. (VASCONCELOS, 1995 p. 143).

Entendendo que toda atividade humana realizada sem antes ter um preparo, pode conduzir o indivíduo, a equipe ou a instituição a destinos inesperados, acarretando inúmeros prejuízos, devido a uma ação sem planejamento, o projeto se configura em um ponto crucial no andamento escolar quando sua teoria é dissociada da prática tal como se apresenta e quando por vezes se distancia do cotidiano, representando apenas uma pasta sem serventia guardada nas gavetas e armários das escolas. É uma questão que distancia o PPP da sua real função, o caráter burocrático e de obrigatoriedade que ele toma.

Essa situação implica também ao fato de que os professores por vezes tornam-se apenas executores de um projeto que nem foi pensado por eles, dificultando a articulação do Projeto Político Pedagógico com o seu planejamento docente. O planejamento docente, segundo Vasconcelos (2002), poderá ter muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político Pedagógico. Acontece que, algumas escolas ainda distantes do modelo de gestão participativa, tem um modelo, ou as vezes uma equipe produtora dos documentos, dos quais os professores tem apenas acesso à leitura, sem qualquer tipo de maior participação na confecção. Essa prática é mais comum do que se pensa.

Entendendo a importância da participação do professor.

No constante processo de descentralização a que a escola é impelida a participar, o professor assume um papel de relevância e crucial para a efetivação do PPP desde sua confecção até a sua inserção no planejamento. O Artigo 12 da Lei 9394/96 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com isso, entende-se que a LDB 9394/96 levanta a questão de construir o Projeto Político Pedagógico reconhecendo na escola a capacidade de planejar e organizar as suas ações pedagógicas e políticas em um ambiente de gestão participativa, ou seja, envolvendo todos os sujeitos participantes da comunidade escolar (docentes, administração, funcionários, alunos, pais e comunidade). Apesar do apoio e respaldo legal a autonomia das escolas não é garantida pois o Projeto Político Pedagógico é consequência de um processo determinado coletivo e democrático. Segundo Brito (1997) o Projeto Político Pedagógico não é visto como um instrumento legal e burocrático, ele oferece um significado

à atuação da escola norteando suas práticas educacionais.

O professor aqui assume uma importância dupla pois aliar o PPP ao seu planejamento de ensino é a tarefa central do trabalho educativo. Vasconcellos (2002) afirmou que o planejamento docente terá muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político-Pedagógico. Padilha (2001) afirma que o comprometimento do professor e a organização de suas atividades baseadas no que foi decidido coletivamente no PPP, daria uma direção única estabelecida coletivamente com os outros segmentos escolares, facilitando o trabalho dos professores e dando maior ânimo e significado as suas atividades cotidianas.

Ainda em Vasconcellos (2004,p.149) na construção do Projeto de Ensino-Aprendizagem alguns elementos devem ser tomados em conta: a clareza que o Projeto Político-Pedagógico é uma grande referência para todos os projetos da escola; a integração do trabalho da escola, do curso e da área específica;a concepção dialética, superando as visões parciais do planejamento, não excedendo as extremidades, mas estabelecendo uma relação entre os diversos planejamentos que ocorrem o planejamento formal e alienado X o não planejamento ou o planejamento ingênuo, espontâneo; assim a concepção dialética surge para a construção de um planejamento consciente, crítico, intencional, aberto e interativo.

Assim, mais uma vez recai sobre o professor a responsabilidade da ação. A sua participação na construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico é de extrema importância para que o PPP seja desburocratizado e tornar realidade no ambiente escolar. O professor também funciona aqui como interlocutor entre escola, alunos e a comunidade, para que de fato ai ocorro a participação tão falada no momento atual da educação. O Planejamento Participativo assim visa envolver toda a comunidade escolar nas responsabilidades e na busca comum. A omissão do professor neste processo de inviabilizar ou dificultar o trabalho da escola em direção a participação democrática integral e igualitária,

De acordo com Arruda e Boff:

(...) democracia integral seria o sistema político que garante a cada um e a todos os cidadãos a participação ativa e criativa, enquanto sujeitos, em todas as esferas de poder e de saber da sociedade; o sistema que garante a cada um e a todos o direito de sermos co-autores do mundo. (ARRUDA e BOFF, 2000, p. 19).

O professor dentro dessa visão de uma escola democrática e integral deverá ser um orientador e colaborador direto do aluno, para que haja o intercâmbio de experiência. Garimpendo os verdadeiros desejos, gostos e interesses do aluno, utilizando estes interesses e desejos como ganchos que levem o aluno à aprendizagem, à disciplina, numa

relação dialógica onde ocorra efetivamente o processo de ensino e aprendizagem. São eles que proporcionam para as discussões sua visão de educação e as possibilidades das ações, são agentes essenciais na redação e na busca do referencial teórico que embasa esse PPP.

Assim, a escola democrática deve servir ao indivíduo como meio de ativação dos seus saberes intrínsecos, suas aptidões inatas. Não deve seguir aos ditames de programas, projetos ou outras instâncias que impeçam o desenvolvimento do espírito. Dentro da concepção sócio construtivista e interacionista o professor é o que viabiliza que o aluno, utilizasse do seu conhecimento prévio, da sua experiência para resolver os problemas estabelecidos na escola e as situações problema com as quais eles se deparassem eventualmente no dia-a-dia. A interação ocorrida nesses processos de produção, despertará no indivíduo o desejo da ação social, estimulará a sua criatividade e conseqüentemente trará a competência técnica que é por fim o objetivo da escola formal.

Sobre isso Freire (2000) dizia:

Afinal, minha presença no mundo não é a de quem apenas se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História" A presença no mundo de quem é sujeito da História é uma presença autônoma.(Freire (2000,p. 21)

A construção da própria presença no mundo não se faz independente das forças sociais, mas se essa construção for determinada, não há autonomia. A escola deve promover a autonomia oferecendo situações autênticas e verdadeiras onde a participação pessoal do educando traga a compreensão não só do que o aluno esteja vendo no momento, mas daquilo que da situação possa advir. A escola deve oferecer esta oportunidade de que o aluno aja no seu próprio ambiente a sua vida. No exercício e no fazer e no refazer cotidiano. Só através da educação se exercita a democracia.

A participação da Comunidade

Envolver a comunidade talvez seja o maior desafio encontrado pela equipe gestora e pela equipe docente. É consensual a importância em envolver a comunidade escolar na elaboração do PPP, entendendo que a escola não é algo isolado do contexto global e que suas ações precisam e devem estar voltadas para as necessidades comunitárias.

Esta concepção de participação democrática na elaboração do Projeto Político e Pedagógico está de acordo com as propostas educacionais contemporâneas, mas, resta saber, será que esta participação corresponde à prática nas escolas? Ou as respostas ainda se referem a uma situação ideal? Quais são os instrumentos e práticas que organizam a vivência da gestão escolar? Em geral, esses processos mesclam democracia representativa - instrumentos e instâncias formais que pressupõem a eleição de representantes, com

democracia participativa - estabelecimento de estratégias e fóruns de participação direta, articulados e dando fundamento a essas representações.

Vários autores, como Padilha (1998) e Dourado (2000), defendem a eleição de diretores de escola e a constituição de conselhos escolares como formas mais democráticas de gestão. Outro elemento indispensável é a descentralização financeira, na qual o governo, nas suas diferentes esferas, repassa para as unidades de ensino recursos públicos a serem gerenciados conforme as deliberações de cada comunidade escolar. Estes aspectos estarão conformados na legislação local, nos regimentos escolares e regimentos internos dos órgãos da própria escola, como o Conselho Escolar e a ampla Assembléia da Comunidade Escolar.

Dentro de uma perspectiva democrática, segundo Ciseki (1998), os Conselhos, de composição paritária, para funcionar devem respaldar-se em uma prática participativa de todos os segmentos escolares (pais, professores, alunos, funcionários). Para tal, é importante que todos tenham acesso às informações relevantes para a tomada de decisões e que haja transparência nas negociações entre os representantes dos interesses, muitas vezes legitimamente conflitantes, dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Os conselhos e assembléias escolares devem ter funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, de modo que possam dirigir e avaliar todo o processo de gestão escolar, e não apenas funcionar como instância de consulta.

Levantar esta questão entre os alunos seja de fundamental importância para problematizar a prática dessa construção. Geralmente é comum a queixa nas escolas acerca da baixa participação dos pais quanto às decisões tomadas pela escola, a baixa escolaridade familiar que não permite um posicionamento consciente nas definições do PPP, além de uma deficiente cultura de participação democrática nas próprias escolas. Trabalho conjunto de equipe gestora e dos professores, e proposta de uma prática mais eficaz nesse princípio de elaboração, passa pela necessidade de se questionar as formas de elaboração concretas do PPP de suas escolas.

A participação de todos os envolvidos na e da escola na construção do PPP oferece uma conscientização da coletividade, compreendendo o papel, a importância, a influência e a função de cada um dentro da organicidade da escola. A importância dos professores no processo de elaboração e construção do PPP, não é maior que de funcionários, pais, alunos, gestores. Todos têm sua pauta, seu lugar, e sua função.

Nesse sentido, o debate sobre este tema deve problematizar esta construção no contexto escolar que os alunos estão inseridos, refletindo sobre as formas de contornar os entraves desta participação democrática e elaborando estratégias a serem implementadas nas escolas. O PPP atualmente na maioria dos casos aponta para a falta de compromisso dos pais no acompanhamento dos filhos, ainda que aponte também para o compromisso e

participação dos docentes. Resta então averiguar em todas as esferas onde ocorre o ruído da comunicação e a isso se propõe a seção seguinte.

De acordo com Hora (2013), fazer uma escola “ para e “com” a comunidade é uma opção política de caráter conservador ou transformador.

Escrever relatórios ou fazer declarações de que foram feitas reuniões com as famílias para identificar o tipo de escola que queriam para seus filhos pode dar a errônea impressão de que a relação é ideologicamente tranqüila ou de que não se tem nenhuma proposta e se vai simplesmente atender ao que for solicitado. Há claros compromissos anteriores, que apontam para objetivos transformadores da relação que a escola quer estabelecer. O desejo é instigar a comunidade ao debate da questão educacional. (HORA, p. 94.2013).

Assim, a reivindicação por uma escola nova deve pautar-se na premissa de tornar a comunidade um sujeito histórico. Político, social e historicamente considerado, pois a comunidade é o Conselho ou Colegiado aqui representado. Aqui a confiança entre ambos, escola e comunidade é ingrediente primário que pode ser alcançado pela escola através de estratégias como aproximação aos problemas e demandas do entorno, do bairro, serviços de cunho de assistência, social, saúde, lazer, ou outras carências da comunidade que possam produzir essa aproximação.

Além de se cobrar o conhecimento técnico-científico, a compreensão crítica da política educacional e do funcionamento da sociedade a serviço da comunidade escolar, há que ainda estar atento à dimensão educativa que as organizações populares em suas relações com a escola promovem. É o fazer política em nível micro e pelo exemplo que certamente contarão como fator educativo para o aluno. Desafio é realizar e fazer disso algo prazeroso.

A posição do aluno

O aluno é sem dúvida o objeto primeiro e último de toda a ação educacional. Nesse panorama de construção a escola precisa ter claro o cidadão que quer formar e o instrumental utilizado no PPP poderá fornecer essa visão. Muito se fala em cidadania , é palavra chave em todos os discursos moderno e contemporâneo, mas por vezes nem a própria escola tem a visão crítica do que seja essa cidadania.

A cidadania entendida como o direito de todos de usufruir dos bens e conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade e necessários para a convivência humana, colaborando com um modelo de desenvolvimento social que atenda a todos, em que todos participem dos encaminhamentos da convivência social, é o modelo aqui pensado em consonância com o que se entende por gestão e democracia participativa. De acordo com Johnson (1997), cidadania se configura em :

(...) situação social que inclui três tipos distintos de direitos, especialmente em relação a Estado:1)direitos civis, que incluem o direito a livre expressão, de ser informado sobre o que estão acontecendo, de reunir-se ,organizar-se, locomover-se sem restrição indevida e receber igual tratamento perante a Lei;2) direitos políticos, que incluem o direito de votar e disputar cargos em eleições livres;4) direitos socioeconômicos, que incluem o direito ao bem estar e a segurança social, a sindicalizar-se e participar de negociações coletivas com empregadores e mesmo o de ter um emprego.(JONHSON, 1997, p.34).

O ideal da cidadania tão freqüente nos discursos educacionais, também presente no PPP respaldam a finalidade de metas, valores e missão da escola, e em praticamente todos os PPPs. Entende-se aqui que a escola tem como objetivo que os alunos se tornem capazes de intervir nessa realidade com iniciativa, que ofereçam soluções para os problemas que lhe forem apresentados, que sejam equilibrados e harmônicos e que produzam trabalhos a partir de diferentes áreas do conhecimento.. A tarefa de escolas e professores então, consiste no preparo desse ambiente propicio à experiências e dentro dessas experiências está certamente a de participação no próprio processo de confecção do Projeto Político Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política educacional nacional nas quais o Projeto Político Pedagógico está inserido dentro de um contexto de desigualdades nas relações sociais, exclusão, historicamente sedimentadas no país. Sendo assim nascida nesses parâmetros, carregam em si toda uma carga de assimetrias próprias das relações de dominação a que somos submetidos.

Mas, impossível acreditar que em meio a toda sujeição não surjam as possibilidades de criar alternativas e caminhos onde sejam demonstradas a capacidade de articulação e criação de possibilidades de um fazer diferenciado. Com a com a transnacionalização da economia e o intercâmbio de conhecimentos e padrões sociais e culturais, através das novas tecnologias da comunicação, entre outros fatores, têm provocado uma nova atuação dos Estados nacionais na organização das políticas públicas, por meio de um movimento de repasse de poderes e responsabilidades dos governos centrais para as comunidades locais. (Abi-Duhou, 2002)

Essas mudanças ocorridas principalmente entre as (décadas de 80 e 90), em termos econômicos, sociais e culturais, tiveram na educação, um efeito imediato que foram os processos de descentralização da gestão escolar, hoje percebidos como uma das mais importantes tendências das reformas educacionais em nível mundial e um tema importante nos debates educacionais com toda a sociedade.O Projeto Político Pedagógico surgido como alternativa documental a essa descentralização, vem consolidar a necessidade da gestão participativa e da também necessidade do participação da comunidade no processo

educacional como um todo.

Viver esse processo de descentralização autônoma tem sido um desafio que as escolas tem enfrentado principalmente pelo ranço de autoritarismo e centralização burocrática que ainda perpassa todas as relações institucionais no país e mantém fortes traços em nossa cultura e relações. Oportunizar a participação da comunidade educativa, a partir da diversidade dos diferentes atores sociais tem sido o desafio constante das escolas que levam a sério o processo de democratização e a garantia da qualidade de ensino numa sociedade que luta entre os extremos da ditadura velada e de uma democracia revestida de indisciplina e falta de respeito às leis e instituições.

O que se entende por gestão democrática na educação? Essas são algumas das preocupações que surgem quando se busca implementar processos de descentralização e autonomia no campo da educação. Esta proposta de autonomização não pode ser pensada porém de forma ingênua, pois está presente hoje nos discursos de gestão e reforma educacional, seja pelo reconhecimento da importância da educação na democratização, regulação e "progresso" da sociedade, seja pela necessidade de valorizar e considerar a diversidade do cenário social, ou ainda a necessidade de o Estado sobrecarregado (Barroso, 2000) "aliviar-se" de suas responsabilidades, transferindo poderes e funções para o nível local

E é nesse nível local onde ocorrem as especificidades, das realidades que essas propostas vão encontrar. Modelos pré-estabelecidos ao encontro de situações específicas. Situações que não podem e nem devem ser transplantadas ou uniformizadas. Ou se respeita os processos e especificidades locais se buscando a transformação da sociedade e da escola, através da participação e construção da autonomia e da cidadania ou não se pode falar em gestão participativa tampouco de projeto pedagógico ou mesmo político em seu real entendimento da palavra.

REFERENCIAS

ABU-DUHO, I. **Uma gestão mais autônoma das escolas**. Brasília: UNESCO, IIEP, 2002.

ANDRADE, R. C. de. **Introdução: Gestão da Escola**. In: ANDRADE, Rosamaria Calaes de (org.); ACÚRCIO, BORGES Marina Rodrigues . (coord.). **A gestão da escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004 (Coleção Escola em ação; 4).

BARROSO, J. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, N. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CODY, Frank; SIQUEIRA, Silvia. **Escola e Comunidade: Uma parceria necessária**. São Paulo: IBIS, 1997.

CUNHA, Marcos Vinícius. **John Dewey, a outra face da escola nova no Brasil**. In: GHIRALDELLI, Paulo (Org.). **O que é filosofia da Educação?**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002. p. 248-263.ativa. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. 3 ed. S. Paulo: Nacional, 1959.

EISENBERG, José. **A democracia depois do liberalismo: ensaios sobre ética, direito e política**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.2003.

ESCARABOTO, Kellen M.. Sobre a importância de conhecer e ensinar. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 18, n. 4, p. 133-146, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642007000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642007000400009>.

FERREIRA, N.(org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra.2000.

FONSECA, João Pedro da; et al. **Planejamento Educacional Participativo**. In: Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 21, nº 1, pp. 79-112, jan/jun. 1995

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na escola**. 18ª. ed. Campinas: SP, Papirus, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, L. **Organização escolar e democracia radical - Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LÜCK, H. **Gestão escolar e formação de gestores**. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

_____ et al. **A escola participativa: o trabalho de gestor escolar**. Rio de

Janeiro: DP&A, 2002.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias**. 12 ed. Brasil: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Instituto Piaget, Portugal, 1995.

OLIVEIRA, D.; ROSAR, M. (org.) **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. **Fundamentos Filosóficos da Educação**. 6 ed. S. Paulo: Artmed, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**; tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores : a escola pública experimenta a democracia**. Campinas, SP : Papyrus, 2003;

PLATÃO. **A República**. 9 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

PELLEGRINI, M. Z. **Administração participativa: teoria e prática**. In: Revista Brasileira da Administração de Educação, v. 4, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1986.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.

TEIXEIRA, Evilázio F. Borges. **Educação do Homem Segundo Platão**. S. Paulo: Paulus, 1999.

TRES, J. A. A. **Desafios do Gestor Escolar para a Mudança Organizacional da Escola**. Disponível em: www.ensino.eb.br. Acessado em: 15/05/2015.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

